

Cada parlamentar custa ao Brasil R\$ 23,8 milhões por ano

Dinheiro público

Parlamentar brasileiro custa R\$ 23,8 milhões ao País por ano

— Brasil tem o segundo Congresso mais caro do mundo, atrás apenas dos EUA; maior parte do orçamento vai para salários e benefícios do Legislativo

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

O Brasil tem o segundo Congresso mais caro do mundo, em números absolutos. Só o parlamento dos Estados Unidos – a maior economia do mundo – possui orçamento superior. É como se cada um dos 513 deputados e 81 senadores brasileiros custasse pouco mais de US\$ 5 milhões por ano, o equivalente a R\$ 23,8 milhões na cotação da última sexta-feira. Os dados, aos quais o Estadão teve acesso, são a conclusão de um estudo de pesquisadores das universidades de Iowa e do Sul da Califórnia e da UnB.

“Isto torna a política atraente: há mais dinheiro no sistema político-partidário e com controles cada vez mais frouxos.”
Bruno Carazza
Cientista político

Numa relação com a renda média dos cidadãos, o Poder Legislativo no Brasil é o primeiro em despesas. O gasto com cada congressista corresponde a 528 vezes a renda média dos brasileiros. O segundo lugar é da Argentina. Lá, cada congressista custa o equivalente a 228 vezes a renda média local. Para chegar a esta conclusão, os pesquisadores compararam o orçamento dos parlamentos e congressos de 33 países, compilados pela União Parlamentar Internacional (IPU, na sigla em inglês); o Banco Mundial e o escritório do FED (o Banco Central dos EUA) em St. Louis

res somaram US\$ 2,98 bilhões – ou 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Nos Estados Unidos, o valor total chegou a US\$ 4,73 bilhões, o que representa apenas 0,02% de tudo que o país produziu naquele ano. O terceiro lugar em gastos totais ficou com o Japão (US\$ 1,12 bilhão, ou 0,02% do PIB), seguido pela Argentina (US\$ 1,1 bilhão).

“Tem uma frase do professor Barry Ames, no livro *The Deadlock of Democracy in Brazil* (O impasse da democracia no Brasil), segundo a qual a tragédia do sistema político brasileiro não é que ele beneficie as elites, e sim que ele beneficia a si próprio”, diz o pesquisador Luciano de Castro, que é professor associado na Universidade de Iowa, nos Estados Unidos. “Você tem uma situação em que o sistema político trabalha, em grande parte, para se beneficiar”, ressaltou. Além de Castro, o artigo é assinado por Odilon Câmara (Universidade do Sul da Califórnia) e Sebastião Oliveira, da Universidade de Brasília (UnB).

CÂMARA. Em 2022, os gastos do Legislativo brasileiro continuam elevados. Juntos, Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União têm R\$ 14,5 bilhões de orçamento autorizado. O maior limite de gastos é o da Câmara (R\$ 6,95 bilhões), seguido pelo Senado (R\$ 5,1 bilhões) e o Tribunal de Contas (R\$ 2,4 bilhões) – apesar do nome, este último não é parte do Poder Judiciário, e sim um órgão de assessoria do Legislativo. O valor corresponde a pouco mais de US\$ 3 bilhões, na cotação de sexta-feira.

O orçamento à disposição do Legislativo este ano é maior que o de quatro ministérios so-

Gabinete

Prerrogativas às quais os deputados têm direito

- **Cota parlamentar**
Cada deputado federal tem direito a uma quantia para gastar ao longo do mês com despesas como alimentação, passagens aéreas, aluguel de veículos e divulgação do mandato (como impressão de materiais gráficos e envio de mala direta para eleitores).
- **Montante**
O valor varia conforme o Estado – quem é de locais mais distantes recebe mais. O menor montante é o do Distrito Federal (R\$ 30,7 mil) e o maior, o de Roraima (R\$ 45,6 mil). O saldo não utilizado em um mês pode ser aproveitado no seguinte, mas não de um ano para o outro.
- **Assessores**
Cada deputado dispõe de R\$ 111,6 mil para contratar assessores. O número desses auxiliares pode variar de 5 a 25 profissionais, e os salários vão de R\$ 1.025 a R\$ 15,6 mil. A jornada é de 40 horas semanais, e os assessores podem trabalhar tanto nos gabinetes em Brasília quanto nos Estados.

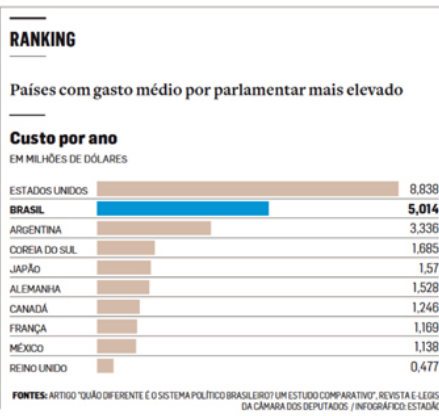
● **Reembolso de saúde**
Deputados e assessores dispõem do Departamento Médico da Câmara para atendimentos básicos nas dependências da Casa. Os deputados também podem pedir reembolsos por procedimentos médicos no valor de até R\$ 135,4 mil.

● **Salário e aposentadoria**
O salário de um deputado é de R\$ 33,7 mil. Em novembro de 2019, a emenda constitucional da reforma da Previdência acabou com a aposentadoria especial para os novos deputados federais, e alterou regras para quem já está inscrito no Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC). No PSSC, a contribuição dos deputados é de R\$ 5,5 mil, e a Câmara contribui com o mesmo valor.

● **Auxílio-moradia e imóveis funcionais**
A Câmara possui 432 apartamentos funcionais distribuídos em quatro quadras residenciais de Brasília (duas na Asa Sul e duas na Asa Norte). Quem opta por não morar no apartamento funcional recebe o auxílio-moradia, no valor de R\$ 4.253. Este montante pode ser pago como reembolso, mediante apresentação de um recibo; ou em espécie.



Congresso Nacional: folha de pagamento cara e extensa



bilhões) e Mulher, Família e Direitos Humanos (R\$ 947 mil-PU), de cerca de R\$ 8 bilhões. A maior parte do orçamento

res: R\$ 6,43 bilhões. Só para a assistência médica e odontológica são R\$ 495 milhões. O segundo maior gasto é com aposentadorias e pensões, totalizando R\$ 5,5 bilhões. Além disso, Câmara e Senado dispõem de quatro superquadras residenciais inteiras em Brasília para os apartamentos funcionais: em 2022, há R\$ 21 milhões reservados para a manutenção desses imóveis. Se o congressista decidir não morar num desses imóveis, pode requisitar o auxílio-moradia: são R\$ 10,5 milhões reservados a esta finalidade neste ano. Além de custar caro, a folha de pagamento do Legislativo federal é extensa, somando mais de 20 mil pessoas. Dos três órgãos, a Câmara é de longe o que possui a maior força de trabalho. Atualmente são 14.778 servidores comissionados, efetivos (concursados) e estagiários, sendo o maior grupo o dos assessores dos gabinetes (10.821), os chamados secretários parlamentares. No Senado há outros 6.132 servidores, sendo a maioria (4.121) de comissionados. Já o TCU conta com outras 831 pessoas na força de trabalho.

‘DINHEIRO’. Ao Estadão, o analista político e professor da Fundação Dom Cabral Bruno Carazza disse acreditar que a origem das distorções mostradas no estudo é o fato de o Legislativo brasileiro ter a última palavra na definição do Orçamento Público – e o fato de que este poder não é sujeito a controle externo. “Os próprios parlamentares definem o Orçamento do Legislativo e também os montantes do fundo eleitoral e partidário. E como não há nenhum outro Poder para fazer o contrapeso, o que a gente observa é que esses valores estão crescendo ano após ano. Isto torna a política cada vez mais atraente: há mais dinheiro no sistema político-partidário e com controles cada vez mais frouxos”, disse. Atualmente envolvida num estudo no Capitólio, em Washington, sobre o funcionamento do legislativo americano, a doutora em ciência política pela Syracuse University, de Nova York, Beatriz Rey avalia que seria preciso qualificar a forma como cada Congresso gasta para evitar comparações indevidas. “Como se trata de um ranking de estatística descritiva, há fatores que podem impactar esse montante de gastos nos Legislativos e que os autores não estão levando em consideração. Por exemplo: o processo orçamentário em cada um desses países é muito diferente.” A assessoria da Câmara disse que não comenta pesquisas científicas. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e o primeiro-secretário da Câmara, o de-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 7